



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 278 – Agosto/2013

Período de: 03/08/2013 a 09/08/2013

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 74	DOU; 07/08/2013	Altera o art. 134 da Constituição Federal.	Em. Const. 74 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.847	DOU; 05/08/2013	Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.	Lei 12.847 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.848	DOU; 05/08/2013	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que “concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de Rondônia, de Roraima, de Santa Catarina, de Sergipe e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios”, para acrescentar os Estados de Goiás, do Maranhão, da Paraíba e do Piauí.	Lei 12.848 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 12.850	DOU; 05/08/2013	Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais	Lei 12.850 (Site da Presidência da República)

		correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.	
LEI Nº 12.852	DOU; 06/08/2013	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	Lei 12.852 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 177	DJE/CNJ; 07/08/2013	Altera o percentual destacado como limite para as despesas com pessoal e encargos sociais do Conselho Nacional de Justiça.	Res. 177 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 178	DJE/CNJ; 08/08/2013	Revoga a Resolução nº 126, de 22 de fevereiro de 2011. (que dispõe sobre o Plano Nacional de Capacitação Judicial).	Res. 178 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 46.293	Minas Gerais; 08/08/2013	Regulamenta a Lei nº 20.765, de 17 de julho de 2013, que institui a Comissão da Verdade em Minas Gerais – Covemg.	Dec. 46.293 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.835	Minas Gerais; 03/08/2013	Altera o art. 2º da Lei nº 11.553, de 3 de agosto de 1994, que dispõe sobre a ação do Estado com vistas ao favorecimento da realização de transplantes.	Lei 20.835 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.837	Minas Gerais; 03/08/2013	Acrescenta artigo à Lei nº 20.711, de 11 de junho de 2013, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013 e à Copa do Mundo FIFA 2014 e dá outras providências.	Lei 20.837 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.839	Minas Gerais; 03/08/2013	Dispõe sobre a adoção de mapa de assentos e lugares numerados nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências.	Lei 20.839 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.842	Minas Gerais; 07/08/2013	Altera o quadro de pessoal da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado.	Lei 20.842 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.844	Minas Gerais; 07/08/2013	Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos	Lei 20.844 (Site da ALMG)

		portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual.	
LEI Nº 20.845	Minas Gerais; 07/08/2013	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências.	Lei 20.845 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.846	Minas Gerais; 07/08/2013	Institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua.	Lei 20.846 (Site da ALMG)
LEI Nº 20.848	Minas Gerais; 09/08/2013	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 18.401, de 28 de setembro de 2009, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica às pessoas jurídicas que contratarem egressos do sistema prisional do Estado.	Lei 20.848 (Site da ALMG)

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 15.299	DOM; 10/08/2013	Determina o expediente da Prefeitura no feriado de 15 de agosto de 2013.	Dec. 15.299 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 2.910	DJE; 09/08/2013	Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade ao servidor que menciona.	Port. 2.910 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 2.911	DJE; 09/08/2013	Dispõe sobre a suspensão do expediente forense, nos dias 15 e 16 de agosto de 2013.	Port. 2.911 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 301	DJE; 05/08/2013	Altera a Portaria Conjunta nº 269, de 2012, que dispõe sobre o procedimento relativo à restituição de custas judiciais.	Port. Conj. 301 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 302	DJE; 09/08/2013	Dispõe sobre o plantão noturno no Tribunal nos dias que menciona.	Port. Conj. 302 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 730	DJE; 09/08/2013	Altera a Resolução nº 320, de 1996, que regulamenta a concessão dos adicionais de insalubridade, de periculosidade e de atividade penosa aos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça e da justiça de primeira instância do Estado de Minas Gerais.	Res. 730 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº	DJE;	Regulamenta o acesso à informação e a	Res. 731

731	09/08/2013	aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	(Site do TJMG)
-----	------------	--	----------------

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 36	DJE; 09/08/2013	Avisa aos magistrados, servidores, notários e registradores e a quem mais possa interessar que, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, que corroborou a determinação da Corregedoria Nacional de Justiça, todos os responsáveis interinos por serventias extrajudiciais vagas devem proceder ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, atualmente equivalente a R\$ 25.323,50 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).	<p style="text-align: center;">Diário do Judiciário Eletrônico, disponível no site http://dje.tjmg.jus.br</p> <p style="text-align: center;">ou</p> <p style="text-align: center;">Base de atos normativos da Corregedoria Geral de Justiça, disponível no portal http://www.tjmg.jus.br/portal/legislacao/atos-normativos/menu-em-abas/corregedoria.htm</p>
PORTARIA Nº 2.792	DJE; 05/08/2013	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Comarca de Andrelândia, com a finalidade de fiscalizar os trabalhos afetos aos serviços notariais e de registro, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.799	DJE; 05/08/2013	Prorroga designações de servidores.	
PORTARIA Nº 2.801	DJE; 05/08/2013	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Taiobeiras, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.802	DJE; 06/08/2013	Designa o Juiz Auxiliar da Corregedoria Dr. Sérgio André da Fonseca Xavier para responder pelo exercício da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte, nos dias 8 e 9 de agosto de 2013, sem prejuízo das suas demais atribuições relativamente à 3ª Região de atuação da Corregedoria-Geral de Justiça.	
PORTARIA Nº 2.803	DJE; 07/08/2013	Determina a realização de Inspeção Técnica nos serviços judiciais da 1ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude e da 2ª Vara Criminal e de Execuções	

		Penais da Comarca de Ponte Nova, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.804	DJE; 09/08/2013	Determinar a realização de Correição Extraordinária Parcial na Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da Comarca de Santa Luzia, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.805	DJE; 05/08/2013	Determina a realização de Correição Extraordinária parcial na Vara Única e nos Serviços Auxiliares da Comarca de Abaeté, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.806	DJE; 05/08/2013	Determina a realização de Inspeção Técnica nas 1ª e 2ª Varas e nos Serviços Auxiliares da Comarca de Monte Carmelo, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas.	
PORTARIA Nº 2.809	DJE; 06/08/2013	Altera redação da Portaria nº 2.806/CGJ/2013.	
PORTARIA Nº 2.811	DJE; 09/08/2013	Determina a realização de Correição Extraordinária parcial na Comarca de Monte Sião, com a finalidade de fiscalizar os serviços do foro judicial, para verificação de sua regularidade e conhecer de denúncias, reclamações ou sugestões apresentadas	
PROVIMENTO Nº 254	DJE; 09/08/2013	Altera dispositivos do Provimento nº 161/CGJ/2006, que codifica os atos normativos da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.	
RECOMENDAÇÃO Nº 13	DJE; 09/08/2013	Recomenda aos magistrados que ao expedirem cartas precatórias para interrogatório de réus soltos, justifiquem a excepcionalidade da medida na <i>deprecata</i> , expondo a circunstância pessoal ou processual relevante que dificulta ou impede o seu comparecimento perante o juízo deprecante.	

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br